



PROTEÇÃO

UMA GUARITA FOI ERGUIDA NA ENTRADA DO LOTEAMENTO E UM VIGILANTE BARRA AS VISITAS INDESEJADAS



COMÉRCIO

UMA PLACA FIXADA NO LOCAL AVISA QUE TODOS OS LOTES TÊM DONOS, MAS HÁ CADASTRO DE INTERESSADOS

Derrubada em área nobre

GIZELLA RODRIGUES
DA EQUIPE DO CORREIO

Um novo parcelamento irregular de terras surge no Distrito Federal. O alvo da ocupação, desta vez, é um terreno nobre perto do Lago Sul. Na área pública de mais de 20 mil metros quadrados, ao lado do condomínio Ville de Montagne, cerca de 60 casas foram construídas e pelo menos 20 famílias se mudaram para o local. As edificações são de alvenaria, típicas da classe média. Mas as obras não ficarão de pé. O governo local quer impedir que o condomínio se consolide e não vai perdoar as invasões, mesmo que de ricos. Ainda hoje uma equipe será enviada ao lugar para demolir as construções que ainda estiverem desocupadas.

As casas foram construídas no condomínio Estância Quintas da Alvorada, uma área grilada na década de 90, que faz parte do Setor Habitacional São Bartolomeu. O parcelamento foi registrado na antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) em 1992, mas permanecia vazio. Até o final de 2005, quando a Seduh concluiu o Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais do DF, o condomínio constava na lista como “ainda não implantado.”

De acordo com técnicos da atual Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), a construção das casas é ilegal porque os projetos urbanístico e ambiental do parcelamento não foram aprovados. Além disso, o empreendimento não recebeu as licenças ambientais nem está registrado em cartório. O procedimento, aliás, é o mesmo que

deveria ser seguido por todos os loteamentos no DF. O estudo urbanístico é necessário para que a secretaria verifique se o parcelamento está de acordo com as diretrizes do setor.

Sub júdice

Há, ainda, uma disputa judicial sobre a posse da terra. Segundo o governo local, 90% da área parcelada pertence à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). E, mesmo na parte particular, o loteamento não poderia ter ocorrido à revelia do Governo do Distrito Federal (GDF). O subsecretário de Fiscalização de Atividades Urbanas, Antônio Alves do Nascimento, garante que hoje mesmo a Subsecretaria de Fiscalização vai realizar operação de derrubada e notificação no local. “As construções devem ser demolidas e quem já estiver morando será notificado para fazer a demolição por conta própria”, diz.

A Subsecretaria do Sistema Integrado de Vigilância e Uso do Solo (Siv-Solo) monitora as obras no condomínio desde o começo do ano. Relatórios deixados pelo governo passado, datados de dezembro, já apontavam a movimentação no local. Durante o final de semana passado, os fiscais fizeram um sobrevôo de helicóptero pela região. E descobriram que, atualmente, há 35 casas construídas, das quais 20 têm moradores, e outras 25 em construção.

Tudo vendido

O Correio foi até o local ontem. Da pista que leva ao Ville de Montagne as casas do novo empreendimento já são avistadas. O terreno é totalmente cercado por arame farpado e protegido ainda mais por uma guarita. O vigilante não permitiu que a re-

portagem entrasse no loteamento. Mas, pelo lado de fora, foi possível perceber que há ruas abertas dentro do condomínio e postes de iluminação em frente às casas. Na entrada do loteamento, há uma placa de advertência que avisa: todos os lotes do lugar têm donos. A placa ainda orienta os interessados em comprar terrenos ali a procurarem a administração.

Na placa, havia um número de telefone por meio do qual a reportagem tentou entrar em contato com o síndico do parcelamento. Ninguém retornou as ligações. E, segundo informações de funcionários do condomínio, não havia ninguém que pudesse responder aos questionamentos no local. O vigilante disse não saber informar o nome dos responsáveis pela área.

Prevenção

De acordo com o subsecretário do Siv-Solo, tenente-coronel Djalma Lins, a demolição das casas faz parte do trabalho da força-tarefa criada pelo GDF para conter a ocupação irregular de terras públicas no DF. Em janeiro, 174 barracos foram derrubados no Parque da Vaquejada, em Ceilândia. Em fevereiro, houve a demolição de 228 barracos de madeirite no Setor de Inflamáveis.

“Estamos fazendo um trabalho de prevenção para que novas invasões não apareçam e para que as já existentes não aumentem. Os condomínios já consolidados serão regularizados, mas não vamos tolerar a expansão deles. A ordem é para que ninguém construa nada”, afirma Lins. Segundo ele, as obras no Estância Quintas da Alvorada foram embargadas pela fiscalização semana passada.